MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v10i20.12906

Ascensão e queda do governo Evo Morales na Bolívia (2006-2019) sob o prisma da "sociedade abigarrada"

The rise and the fall of the Morales government in Bolivia (2006-2019) from the perspective of the "abigarrada society"

Ascensión y caída del gobierno de Evo Morales en Bolivia (2006-2019) bajo el prisma de la "sociedad abigarrada"

Ricardo Bruno Boff
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)
Itajaí, Santa Catarina, Brasil
E-mail: ricardo.boff@univali.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2818-2825

Samia Franco
Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge)
Salvador, Bahia, Brasil
E-mail: francosamia@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1287-1316

Resumo: Juan Evo Morales Ayma, primeiro presidente boliviano de origem indígena, fez um governo caracterizado por inovações constitucionais e políticas. Duas mudanças foram marcantes: a criação de um Estado "plurinacional" e a introdução de princípios da filosofia indígena andina, como o "*vivir bien*". Em termos econômicos, ocorreram a renegociação das taxas nos setores de recursos minerais e hidrocarbonetos e investimentos na produção, o que esteve na base da criação de políticas sociais. No entanto, em 2019, Morales renunciou à presidência boliviana pela pressão de militares e da oposição, resultando em seu exílio. Diante disso, o objetivo deste artigo foi analisar por que Morales, apesar das inovações legais e da melhora econômica e social na Bolívia, foi destituído em 2019. A principal hipótese é que, mesmo com as transformações implementadas, o governo Morales não foi capaz de superar o abigarramento da sociedade boliviana, conceito de Zavaleta Mercado, que consiste em divisões estruturais existentes na sua composição. Foram utilizadas fontes primárias, como o plano de desenvolvimento nacional e a Constituição boliviana de 2009, e fontes secundárias, como artigos acadêmicos e reportagens de jornais. Concluiu-se que os desafios impostos pelo abigarramento boliviano permanecem abertos e são crucias para o futuro do país.

Palavras-chave: Estado plurinacional boliviano; Governo Evo Morales; Sociedade abigarrada.

Abstract: Juan Evo Morales, the first Bolivian president of indigenous origin, made a government characterized by constitutional and political innovations. Two changes were striking: the creation of a Plurinational State and the introduction of the principles of Andean philosophy, such as "*vivir bien*". In economic terms, the renegotiation of taxes in mineral and hydrocarbons sectors and the investments in production, which was the basis for the creation of social policies. However, in 2019, Morales resigned from Bolivian presidency under pressure from the military and the opposition, resulting in his exile. Therefore, the objective of this article was to analyses why Morales, despite the legal innovations and economics and social improvement in Bolivia, was removed from power. The main hypothesis is that, even if transformations were made, the Morales government was not able to overcome the *abigarramento* of Bolivian society, a concept from Zavaleta Mercado which consists of structural divisions in its composition. Primary sources were used, such as the national development plan and the Bolivian Constitution of 2009, and secondary sources, such as academic articles and newspapers reports. It was concluded that the challenges imposed by the Bolivian *abigarramento* remain open and are crucial for the country's future.

Keywords: Bolivian Plurinational State; Evo Morales government; Abigarrada Society.

Resumen: Juan Evo Morales Ayma, el primer presidente boliviano de origen indígena, hizo un gobierno caracterizado por innovaciones constitucionales y políticas. Dos cambios fueron sobresalientes: la creación de un estado "plurinacional" y la introducción de principios de filosofía indígena andina, como el "vivir bien". En términos económicos, hubo renegociación de tarifas en los sectores de recursos minerales e hidrocarburos e inversiones en producción, lo que fue la base de la creación de políticas sociales. Sin embargo, en 2019, Morales renunció a la presidencia boliviana debido a la presión de los militares y de la oposición, resultando en su exilio. Por tanto, el propósito de este artículo fue analizar por qué Morales, a pesar de las innovaciones legales y las mejoras económicas y sociales en Bolivia, fue descartado en 2019. La principal hipótesis es que, a pesar de las transformaciones implementadas, el gobierno de Morales fue incapaz de superar el abigarramiento de su sociedad, concepto de Zavaleta Mercado, que consiste en divisiones estructurales existentes en su composición. Se utilizaron fuentes primarias, como el plan de desarrollo nacional y la Constitución boliviana de 2009, y fuentes secundarias, como artículos académicos y reportajes periodísticas. Se concluyó que los desafíos impuestos por el abigarramiento boliviano siguen abiertos y son cruciales para el futuro del país.

Palabras-clave: Estado plurinacional boliviano; Gobierno Evo Morales; Sociedad abigarrada.

Recebido em
31/10/2020
Aceito em
20/10/2021

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Bolívia, país mediterrâneo localizado no coração da América do Sul, passou por transformações paradigmáticas durante o mandato de Evo Morales, líder do *Movimiento al Socialismo* (MAS). O simples fato de o mandatário ser um descendente indígena do povo aimará, cuja carreira política se fez entre os produtores de coca da região de Cochabamba, já representava uma grande novidade.

Dentre as principais transformações promovidas naquele período, estão a criação de um Estado plurinacional e a consagração na Constituição de princípios da filosofia indígena *vivir bien* (*sumak kawsay* ou *suma qamaña*, em quéchua)[1]. Além dessas medidas, modificações de caráter econômico foram realizadas no período. Destacam-se renegociação das taxas envolvidas na comercialização de recursos minerais e hidrocarbonetos, principalmente gás, e incentivo ao aumento da extração; melhora na infraestrutura de transportes do país, a fim de otimizar o escoamento dos produtos; e políticas sociais, visando reduzir a pobreza, o analfabetismo e proporcionar acesso à educação e saúde, além do aumento do poder de consumo da população.

Apesar das inovações e dos avanços sociais, a imagem de Morales se desgastou ao longo do mandato. Ele precisou lidar não somente com ações da oposição, mas com divisões nas suas bases de apoio urbana, indígena e camponesa. Tanto que, após o controverso processo eleitoral que lhe daria a quarta vitória, no ano de 2019, o ex-presidente foi derrubado através de um golpe de Estado promovido por líderes opositores, com apoio de setores militares e de atores externos.

O presente artigo tem como objetivo principal analisar por que, apesar das inovações legais e da melhora econômica e social na Bolívia, Morales foi destituído em 2019. A principal hipótese é que, mesmo com as transformações implementadas, o governo de Morales não foi capaz de superar o "abigarramento" da sociedade boliviana, conceito de Zavaleta Mercado

[1] Como aponta Silva (2019) os termos aparecem como *sumak kawsay* ou *suma qamaña*, a depender da região onde é utilizado. Também há polêmicas na tradução, que aparece como *buen vivir*, *bien vivir* ou *vivir bien*. Neste artigo, adotamos "*vivir bien*", como aparece na Constituição da Bolívia.

que explica as divisões estruturais existentes na composição social do país. Essa característica estaria na raiz do enfraquecimento de Morales e da ascensão da oposição golpista e, mesmo diante da vitória de Lucho Arce, candidato do MAS, em 2020, permanece presente na Bolívia.

Como aporte teórico para o desenvolvimento do artigo, foram utilizadas, além do referido conceito de sociedade abigarrada, as abordagens decolonial e desenvolvimentista, a fim de entender os desafios e dilemas enfrentados pelo governo Morales e que seguem vigentes na Bolívia. A divisão das seções se deu da seguinte maneira: na primeira, realizou-se uma breve revisão histórica das características socioculturais boliviana, apresentando o conceito de *sociedad abigarrada* e a abordagem decolonial. Na segunda seção, foi discutida a tensão criada entre o governo Morales e sua base de apoio, a partir da contradição gerada entre a implementação de um projeto de desenvolvimento, por Morales, e os interesses de parte de suas bases de apoio indígenas. Na última, analisou-se o papel da oposição boliviana para a destituição de Evo Morales, em decorrência do seu desgaste e da influência de interesses externos na região. Por fim, foram feitas observações sobre a vitória de Luis Alberto Arce Catacora, candidato do MAS, nas eleições de outubro de 2020.

Concluiu-se que, apesar do reagrupamento de forças do MAS, os problemas decorrentes do abigarramento boliviano, que estiveram na raiz da destituição de Morales, permanecem abertos e são crucias para o futuro do país.

1. A BOLÍVIA COMO "*SOCIEDAD ABIGARRADA*": UMA LEITURA DO PENSAMENTO DECOLONIAL

Nesta seção foi discutido, primeiramente, o conceito de *sociedad abigarrada* e quais os processos históricos que contribuíram para que a Bolívia fosse caracterizada assim. Também se analisou as bases do pensamento decolonial, cruciais para explicar os instrumentos jurídicos inovadores da Constituição de 2009.

1.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DAS CONDIÇÕES PARA CRIAÇÃO DA SOCIEDAD ABIGARRADA

A formação do atual “Estado Plurinacional da Bolívia” foi marcada pela dificuldade de manutenção da coesão territorial e de formação da unidade nacional. A soma de um território extremamente irregular, de uma população dispersa e multilíngue, do subdesenvolvimento econômico e da dificuldade de centralização política, fez com que a Bolívia perdesse território para todos os seus vizinhos (REYES, 2000).

Refletindo sobre a formação social da Bolívia, René Zavaleta Mercado (1985) cunhou o termo "*sociedad abigarrada*”, o que significa a sobreposição de diversas sociedades heterogêneas desprovidas de articulação, cada qual vivendo com seu modo de produção e sua própria cultura, língua e organização político-institucional. Nessa formação social, Mercado (1985) considerava a existência de uma massa multiforme, na qual estruturas sociais capitalistas convivem com outras pré-capitalistas, enquanto estas sofrem constantes pressões para serem submetidas e incorporadas aos circuitos de acumulação do capital. Defendia, para superar esse problema, a formação de um movimento “nacional-popular” fundamentado na maioria indígena que compõe a população do país.

No mesmo sentido, o abigarramento é definido por Tapia Mealla (2002, p.10) como “*la sobreposición de diversos tipos de sociedad que coexistem de manera desarticulada, estableciendo relaciones de dominación y distorsión de unas sobre otras*”. Dessa maneira, Tapía Mealla considera que Bolívia se caracterizou por ser um país “multisocietal”, no qual, embora todos convivam sob a mesma institucionalidade central, não se forma uma identidade agregadora que se sobreponha às diferenças. Mantém-se uma convivência desarticulada, desigual e exploratória entre as matrizes que compõem o mosaico sociocultural boliviano.

A revolução boliviana de 1952, de caráter nacionalista, buscava reforçar o papel do Estado e corrigir as desigualdades estruturais do país. Para isso, promoveu a nacionalização de grande parte da a exploração de minérios (principalmente do estanho) e a reforma agrária, incentivando a criação de um campesinato rural numeroso e com melhores condições de vida. Porém, como apontam Duran Gil (2008) e Dos Santos (2019), a revolução

buscou a convivência entre capital nacional (público e privado) e estrangeiro, além de mesclar a reforma agrária no altiplano com a grande propriedade exportadora na região da *media luna*[2], principalmente no departamento de Santa Cruz. As contradições geradas por esse processo contribuíram para o golpe militar de 1964, a partir do qual a Bolívia teve uma série de governos autoritários que, diante de divisões entre os próprios militares, chegaram a variar entre tendências liberais e nacionalistas. De modo geral, prevaleceu a abertura econômica, a concentração fundiária nas áreas exportadoras e o retorno do controle da produção mineira a grupos estrangeiros[3] (KLEIN, 2016).

Consolidou-se, portanto, um modelo econômico cuja divisão do trabalho acompanhava a questão racial, mantendo o abigarramento histórico. A minoria de origem europeia comandava os setores mais lucrativos, que consistiam nas atividades primário-exportadoras mineral e agrícola, associadas a uma indústria de baixa complexidade na região de Santa Cruz de la Sierra. Ao mesmo tempo, a grande parte da população de origem indígena seguiu vivendo na pobreza, fosse no minifúndio camponês, ou no trabalho mal remunerado das minas insalubres ou dos serviços informais das cidades. Com esses grupos sociais, as classes dominantes praticavam o clientelismo político e se reproduziam no poder. Enquanto isso, as populações indígenas "autóctones", principalmente na Amazônia, seguiam vivendo de modo tradicional (DURAN GIL, 2008; KLEIN,2016).

Mantinha-se intacta, portanto, a *sociedad abigarrada*, na qual grupos diversos conviviam sem formar um todo coeso, afastados e estranhos entre si. Esse modelo, conforme Dos Santos (2019), aprofundou-se ao longo dos anos 90, durante os quais a Bolívia seguiu a onda neoliberal de quase toda América Latina.

[2] *Media Luna* é um nome dado à região oriental da Bolívia, que abriga os departamentos de Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija, em cujas principais áreas de povoamento prevalecem povos não-indígenas.

[3] A reforma agrária promovida pelos governos revolucionários, aproximadamente entre 1952 e 1960, gerou uma massa de pequenos produtores rurais, com minifúndios entre 2 e 10 hectares, que viviam de subsistência nas montanhas andinas e no altiplano (DOS SANTOS, 2019).

1.2 A ABORDAGEM DECOLONIAL COMO PROPOSTA PARA A SUPERAÇÃO DO ABIGARRAMENTO

A "segunda revolução" boliviana, também de caráter nacionalista, viria do esgotamento da via neoliberal, já no início do século XXI, acompanhando a "onda rosa"[4] da região. A eleição de Evo Morales representou não somente a chegada de um indígena ao poder, mas uma nova tentativa de superar o abigarramento, buscando-se inovar o modelo institucional de modo a proporcionar espaço, voz e poder para os povos originários, historicamente subordinados à elite que comandara o país.

Uma importante fonte de inspiração intelectual do movimento que leva Morales ao poder está no chamado grupo "modernidade-colonialidade", surgido na América Latina, nos anos 90, na esteira do pensamento pós-colonial de autores como Frantz Fanon e Edward Said (BALLESTRIN, 2013). Seu conjunto de pensadores críticos questionou os próprios pilares da modernidade, sustentado em noções como "progresso" e "desenvolvimento", que difundem modelos eurocêntricos de produção e organização social e cultural, articulados com o sistema capitalista mundial. Ao adotar padrões eurocentrados como referência, a América Latina apenas manteria seu lugar subalterno nas cadeias comerciais, na divisão do trabalho e na produção de conhecimento. Para Quijano (2005), o primeiro critério para essa diferenciação entre povos "superiores" e "inferiores", "dominantes" e "dominados", foi a cor da pele. O branco europeu viu-se como superior ao negro, pardo ou amarelo, estruturando, a partir dessa divisão inicial, o controle do trabalho, da produção e da cultura. Essa "divisão racial do trabalho" aparece de forma marcante na *sociedad abigarrada* boliviana.

É contra essa modernidade eurocêntrica e preconceituosa, excludente do elemento autóctone pelo critério fundamental da cor da pele, que se levanta o movimento "decolonial". Sua luta consiste em recolocar na ordem do dia formas de ver o mundo e produzir conhecimento fundadas em outros pilares, sob bases distintas da hegemonia eurocêntrica. É o que fazem, por exemplo, movimentos sociais e intelectuais, com raízes e influência no mundo andino, através da valorização de princípios como *vivir bien*, presentes

[4] Termo que se refere aos governos de algum espectro da esquerda, ou centro-esquerda, que prevaleceram na América Latina entre aproximadamente 2002 e 2015.

nos povos milenares daquela região. Há vasta produção sobre seu significado, mas podemos destacar, conforme Quijano (2014) e Acosta (2014), uma ética coletivista que valoriza as tradições locais, inclusive de organização política e de justiça; uma relação com a natureza que não a considere um mero produto a ser explorado, mas sim um ser vivo digno de direitos, que compõe uma totalidade em harmonia com o ser-humano; uma ética, enfim, que negue a exploração do trabalho de outros seres humanos e da natureza, mediante a valorização da vida por si mesma, e não somente pelo valor econômico que eventualmente possua.

A Constituição de 2009 possui características decoloniais, pois orienta-se pelo respeito aos saberes e ao modo de vida das populações originárias e redesenha o modelo tradicional de Estado-nação, oriundo da realidade europeia. Dessa maneira, buscou-se promover um modelo de organização institucional que superasse o padrão abigarrado predominante. Na "nova" Bolívia, a coesão social seria buscada não pela assimilação do índigena por padrões culturais do colonizador, mas pelo respeito à diversidade das nações que compunham o país na nova Constituição.

2 AS TRANSFORMAÇÕES NA BOLÍVIA DURANTE O GOVERNO MORALES: AS TENSÕES ENTRE O DISCURSO E AS PRÁTICAS

Nesta seção, os objetivos foram apresentar e debater as tensões criadas a partir da interação entre os princípios constitucionais, consolidados na Carta de 2009, e os desdobramentos práticos da ação do governo Morales. A análise centrou-se em duas dimensões: a político-jurídica e a econômica.

2.1. O *VIVIR BIEN*, AS NEGOCIAÇÕES NA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E A CARTA DE 2009

O *vivir bien* foi apresentado como um dos pilares da criação do Estado plurinacional. Como afirmam Oliveira *et al* (2013), as transformações jurídicas pelas quais passaram Bolívia e Equador ficaram conhecidas como "novo constitucionalismo latino-americano", no qual

termos como “pós-colonialidade”, “plurinacionalismo”, “Estado Plurinacional”, ou mesmo a ideia de “refundação do Estado”, tornaram-se comuns tanto nos seus textos quanto nas discussões acadêmicas sobre estes países.

No caso boliviano, conforme Schalvezon (2015, p. 14), a Constituição foi o auge de um processo histórico longo, caracterizado por uma “[...] *búsqueda continua de autonomía, descolonización, plurinacionalidad, Vivir bien y Buen Vivir*”. Segundo o autor, essas transformações se diferem daquelas da Revolução de 1952, ocasião em que as nacionalizações dos minérios e a reforma agrária pretendiam transformar o indígena em “camponês”, integrando-o à economia de mercado sem considerar suas raízes ancestrais, seu modo de vida e sua visão de mundo. Diante disso, surgiu, décadas depois, um movimento denominado “katarismo[5]”, que revisou os objetivos da revolução e passou a defender um modelo que respeitasse e promovesse o direito do indígena de viver a seu modo, o que passava pela criação da educação bilíngue e de um estado pluricultural e multiétnico. Nas palavras de Schalvezon:

> El mestizaje, como identidad impuesta por el nacionalismo en su proyecto de nación, daba lugar al Estado plurinacional como forma política de una nación indígena que lejos de plantearse como identidad pura, se adecuaba como marco de pertenencia a quien, además de raíces aymaras y quechuas, se consideraba mestizo o cholo (SCHALVEZON, 2015, p. 79).

A ideia de Estado Plurinacional, portanto, visava superar a homogeneização da sociedade boliviana em uma mestiçagem forçada e orientada por modelos eurocêntricos, nos quais desaparecem os elementos indígenas e seu leque de culturas. O artigo 8 da Constituição é um exemplo da adoção de princípios da cultura originária:

> Artículo 8. I. El Estado asume y promueve como principios ético-morales de la sociedad plural: ama qhilla, ama llulla, ama suwa (no seas flojo, no seas mentiroso ni seas ladrón), suma qamaña (*vivir bien*), ñandereko (vida armoniosa), teko kavi (vida buena), ivi maraei (tierra sin mal) y qhapaj ñan (camino o vida noble) (BOLÍVIA, 2009, p.3).

Conforme Lacerda (2014), a passagem do Estado nacional, fórmula tipicamente europeia, para o Estado plurinacional, se dá sob a ótica de um movimento decolonial. Essa vinculação entre princípios indígenas e plurinacionalidade permeia toda a Constituição,

[5] Referência a Tupak Katari, um dos líderes de levantes coloniais contra a Espanha na segunda metade do século XVIII. (DOS SANTOS, 2019)

como se verifica no inciso primeiro do artigo 9, que trata dos fins e funções essenciais do Estado: "*Constituir una sociedad justa y armoniosa, cimentada en la descolonización, sin discriminación ni explotación, con plena justicia social, para consolidar las identidades plurinacionales*" (BOLÍVIA, 2009, p.3).

A ideia de sociedade "harmoniosa" do texto, é claro, não fez desaparecer as divisões da sociedade abigarrada boliviana. De acordo com Iamamoto (2016), desde as discussões prévias da Assembleia Constituinte, os partidos políticos traziam versões conflitantes sobre quais seriam as prioridades para o texto constitucional. A Constituição de 2009 representou, então, a costura de interesses muitos distintos que conviviam na Bolívia.

A representação indígena tinha como principal objetivo reaver sua autonomia sobre os considerados territórios originários. Os indígenas reclamavam a plurinacionalidade como forma de garantir a autonomia e suas identidades originárias. Por conseguinte, a identidade boliviana seria caracterizada pelo complemento entre as nações. Na outra ponta, os partidos conservadores viam a ideia de plurinacionalidade como um caminho para a fragmentação do Estado-nação. Por isso, acreditavam que os direitos dos indígenas deveriam ser garantidos, mas sob a égide de um Estado nacional centralizado que administraria e organizaria as dinâmicas sócio- territoriais. Restringia-se, assim, o cenário de maior autonomia perseguido pelos indígenas. (IAMAMOTO, 2016)

Em uma posição intermediária, o MAS concordava com a discussão levantada pelos indígenas sobre a autonomia, mas acreditava que o Estado deveria ter um papel de mediação dos interesses diversos da sociedade plurinacional. Assim, seus deputados buscaram negociar as posições divergentes para que a Carta acomodasse os interesses contraditórios que conviviam no cenário da Constituinte (DOS SANTOS, 2019; IAMAMOTO, 2016). Conforme o vice-presidente Garcia Linera (2010), pretendia-se construir o movimento nacional-popular, ao qual se referia Mercado, capaz de trazer uma coesão social sem precedentes ao país.

Não há como negar que o resultado da Constituição foi progressista e apresentou uma evolução na luta pelos direitos dos povos indígenas, tradicionalmente excluídos dos dispositivos jurídicos. Ao mesmo tempo, o governo Morales tentou equilibrar essas medidas

com concessões a setores da oposição, favorecido por um período de crescimento econômico que possibilitou conciliar ganhos do empresariado com políticas distributivas. Essa via "dúbia", ou conciliatória, manteve dormente a dinâmica conflitiva da sociedade abirragada, que voltaria a "explodir" quando a conjuntura se modificou.

2.2 AS AÇÕES ECONÔMICAS DO GOVERNO MORALES

Um episódio ocorrido na cidade de El Alto, nos arredores de La Paz, em 2003, retrata a demanda popular na Bolívia pela nacionalização de seus principais produtos de exportação. Devido a acordos comerciais para a venda de gás para os Estados Unidos, os *alteños* saíram às ruas exigindo ações mais intervencionistas do Estado na exploração dos recursos minerais sobretudo do gás natural. Reivindicavam que os recursos deveriam ser colocados a serviço do desenvolvimento do país através da nacionalização, mesmo que para isso fosse necessário aprofundar os processos extrativistas. Esses movimentos ganharam força, agregaram outros departamentos e grupos sociais, como os cocaleiros de Cochabamba, e ficaram conhecidos como "Guerra do Gás", fortalecendo o caminho de Morales à presidência (IAMAMOTO, 2017).

Logo após ser eleito, em resposta às demandas dos protestos, Morales interveio de forma mais incisiva no comércio das reservas de óleo e gás, enviando militares para assegurar os campos e dando um prazo de seis meses para que as empresas estrangeiras se adequassem às novas medidas – caso contrário, deveriam sair do país (BARBASSA, 2018). Essas decisões o tornaram bastante popular e politicamente fortalecido. Em El Alto, por exemplo, a preferência por Morales foi expressiva em todas as eleições nas quais ele participou: 77% em 2005, 87% em 2009 e 72% em 2014, tornando a região uma base importante para o seu governo (BARBASSA, 2018).

A visão intervencionista na economia refletia a tendência neodesenvolvimentista que vinha sendo resgatada na América Latina no início do século XXI, em contraposição ao discurso neoliberal dominante na década anterior. Em 2007, por exemplo, o governo Morales lançou o ambicioso *Plan Nacional de Desarrollo*. Seu subtítulo era "*Bolivia Digna,*

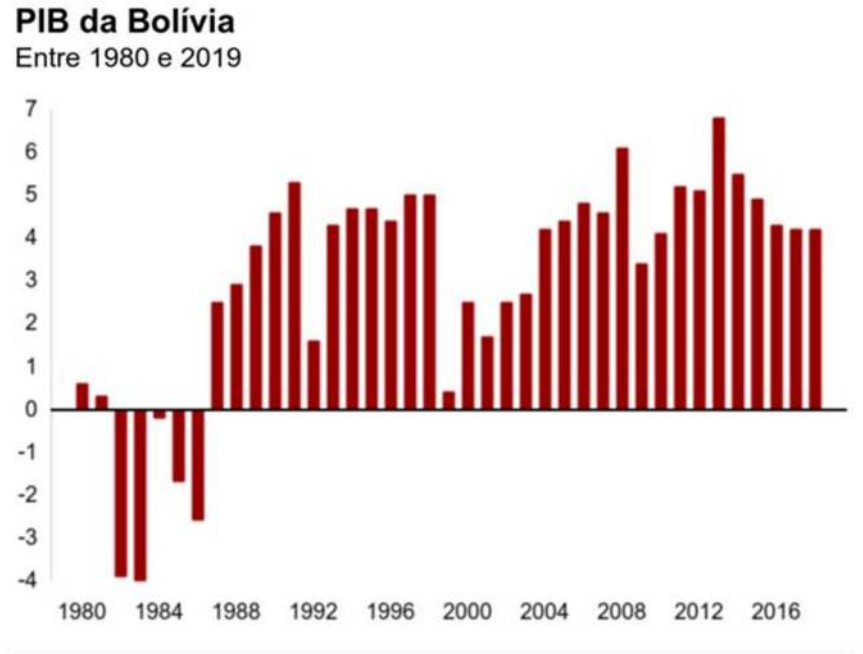
Soberana, Productiva y Democrática para el Vivir bien". Ou seja, buscava mesclar um conceito capitalista eurocêntrico tradicional, o *desenvolvimento*, com a visão indígena do *vivir bien*. Nos seus princípios gerais, essa "convivência equilibrada" entre diferentes cosmovisões e matrizes produtivas, foi definida da seguinte maneira:

> El objetivo es lograr la convivencia equilibrada y la complementariedad con equidad de la Economía Estatal, la Economía Comunitaria –que se asienta en procesos productivos, impulsados por organizaciones sociales, comunitarias, y micro y pequeños empresarios, artesanos, organizaciones económicas campesinas, organizaciones productivas, comunidades, y asociaciones urbanas y rurales–, la Economía Mixta y la Economía Privada. (BOLIVIA, 2007, p. 7).

Outros dois trechos do *Plan Nacional de Desarrollo* servem de exemplo mais claro dessa tentativa de harmonizar padrões distintos. De um lado, o modelo produtivo deveria respeitar os saberes tradicionais: "*La recuperación y valorización de saberes y conocimientos locales, así como el encuentro con los llamados "conocimientos universales*", será una base fundamental para el diseño y desarrollo de estrategias sociales que promoverán la equidade" (BOLIVIA, 2007, p. 35). De outro, buscava-se uma modernização produtiva que superasse o tradicional modelo herdado dos tempos da colonização: "*La dimensión económica del Plan Nacional de Desarrollo (PND) contribuirá a la transformación de la matriz productiva para cambiar el actual patrón primario exportador excluyente*". (BOLIVIA, 2007, p. 98)

Os números da economia boliviana são positivos na era Morales. Como se observa no gráfico 1, o país manteve um crescimento constante, em uma média próxima a 5% ao ano, puxado pelo ciclo de alta das *commodities* (que beneficiou a maioria dos países da América Latina). A Bolívia, porém, foi um dos países da região que teve maior resiliência após o fim do ciclo, sendo capaz de manter bons números enquanto os demais decaiam. Segundo o Banco Mundial (2016), o governo boliviano, além de aumentar suas reservas econômicas, incrementou sua arrecadação através da renegociação dos contratos relacionados à extração de minérios e hidrocarboneto, dos investimentos diretos, aumentou os gastos públicos e, neste caso, preferiu investir na infraestrutura a incentivar o consumo (ao contrário do que fizeram Argentina e Brasil). O gráfico a seguir apresenta o crescimento boliviano entre 1980 e 2016, no qual se pode observar a alta após 2005, ano da eleição de Morales:

Gráfico 1 - Crescimento econômico da Bolívia (1980-2016)



Fonte: BBC, 2019a.

O crescimento econômico foi acompanhado de programas sociais e redução da pobreza. Segundo Barría (2017), o percentual da população abaixo da linha de pobreza na Bolívia caiu de 63% para 35%, entre 2005 e 2015, o que em grande medida está associado a programas sociais como o *Bono* Juancito Pinto, para estudantes, o *Renta Dignidad*, aos idosos, e o *Bono* Juana Azurduy, para gestantes e mães de crianças.

Embora tenha ocorrido uma melhora considerável na vida material da população boliviana, sobretudo das populações indígenas, não houve mudanças estruturais na produção econômica. Ao utilizar a expressão “plano nacional de desenvolvimento”, fica claro que a influência do pensamento “desenvolvimentista” latino-americano se fazia presente na gestão Morales. Gestado na Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina e Caribe, a CEPAL, a partir da obra de seu autor pioneiro, Raúl Prebisch (1949), o

pensamento cepalino buscava superar o subdesenvolvimento da região dentro dos marcos do capitalismo, através de um conjunto de reformas cujo cerne seria a industrialização. A partir disso, a América Latina se reposicionaria no comércio internacional e melhoraria seus termos de troca, passando a ser produtora e exportadora de bens de maior valor agregado e não somente de bens primários (BIELSCHOWSKY, 2009). No caso boliviano, mesmo com a reversão do modelo orientado ao livre mercado e à diminuição da presença do Estado da economia, o país não foi capaz de aprofundar a industrialização e avançar na complexidade econômica (CUNHA FILHO; GONÇALVES, 2010).

Os setores estratégicos, como minerador e dos hidrocarbonetos, permaneceram dependentes do investimento estrangeiro e voltados à exportação com baixo valor agregado. Ou seja, ao invés de mudança estrutural no sentido de adensar as cadeias de produção, houve aprofundamento da primarização voltada à exportação. Como aponta Nunes:

> Contudo, ainda não existem indícios concretos de mudança estrutural e avanços nas cadeias de valor dos hidrocarbonetos e minérios. Pelo contrário, as estatísticas apontam para o aprofundamento da primarização, sobretudo da composição de gás natural e mineração como parcela das exportações (NUNES, 2018, p. 80)

Nos setores de gás e mineração, a renegociação das taxas não retirou o controle das mãos do capital transnacional, tampouco impediu o uso de mão-de-obra precária e informal. McNelly (2019, p.435) concluiu que:

> Nationalisation of gas left control of natural resource wealth in the hands of transnational capital, and the ownership of mineral wealth also remains firmly in the hands of transnational capital. The NDP's approach for transferring surplus from extractive industries to employment sectors has entrenched informalised and precarious forms of work and further decoupled accumulation strategies of capital from the waged labour upon which Bolivians increasingly depend for social reproduction and their survival more generally. Although the NDP was ostensibly designed to create a plural economy, the outcomes of the MAS development plan have benefitted capital above the Bolivian working classes and indigenous peoples.

O governo Morales, portanto, conseguiu trazer resultados positivos em relação aos níveis de bem-estar da população, principalmente da parte mais pobre. Ao mesmo tempo, aprofundou a dependência do país a setores primários ao longo do "*boom*" das commodities, permanecendo o controle do capital transnacional e o trabalho precário.

A essa contradição econômica, somou-se a política. Para acelerar o processo de modernização através da ampliação da base primário-extrativista, o governo precisou avançar em projetos rechaçados por comunidades indígenas, que escancararam as diferenças estruturais da sociedade abigarrada boliviana. Ou seja, foi justamente o modelo econômico que proporcionou crescimento que acentuou conflitos entre setores da base de apoio do MAS.

2.3 AS CONTRADIÇÕES DO GOVERNO MORALES

No afã de avançar projetos modernizantes, o governo Morales acabou por "trair" grupos sociais que ganharam espaço tanto no discurso do primeiro indígena a chegar à presidência, quanto na própria Constituição. O ponto culminante dessa crise foi quando o governo decidiu construir uma rodovia que cruzaria o *Territorio Indigena y Parque Nacional Isiboro-Secure* (TIPNIS).

Segundo McNeish (2013), o território do parque já era envolvido historicamente em controvérsias, devido a conflitos entre colonos campesinos que vinham da região do Chapare, buscando ampliar suas plantações, e indígenas que habitavam aquelas terras. No período do governo Morales, foram encontradas reservas de gás natural na região leste do parque, que foram incluídas no plano de desenvolvimento de produção de óleo e gás do governo.

A construção da rodovia gerou uma guerra discursiva entre o governo e os opositores da obra. Dentre estes, estavam ambientalistas que criticavam o projeto devido ao impacto ambiental resultante do aprofundamento do extrativismo, e grupos indígenas, que acusavam o governo de não respeitar as consultas iniciais às comunidades sobre a rodovia, como estava previsto na Constituição. Nesse sentido, organizações como a Confederação dos Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB) e o Conselho Nacional de Ayllus e Markas de Qullasuyu (CONAMAQ), realizaram marchas contra o governo, que cresceram em visibilidade ao somarem-se a grupos ambientalistas e de direitos humanos. Os protestos, no entanto, foram repreendidos por forças policiais enviadas pelo governo Morales para "manutenção da paz",

enquanto este dava garantias de que a obra seria feita de acordo com as normas de proteção ambiental e social (MCNEISH, 2013).

O principal ponto de controvérsia entre os indígenas da região do parque e o governo não foi primordialmente o tema da preservação, mas sim o da autonomia e dos direitos das comunidades sobre a terra. O governo, segundo as lideranças indígenas, se recusou a dialogar sobre a adequação da rodovia aos interesses das comunidades existentes na região. Crespo (2012) afirma que as consultas eram tratadas por La Paz como demoradas, geradoras de "chantagens" ou desencorajadoras dos investimentos privados. O governo anunciou a "resolução" da controvérsia a partir de acordos com um grupo restrito de representação indígena, o Conselho de Indígenas do Sul (CONISUR), desagradando outras organizações e lideranças.

Os protestos por autonomia indígena, ao longo da era Morales, não se restringiram às marchas ligadas ao parque TIPINIS. Pannain (2018) cita como exemplo a VII Marcha Indígena, em 2010, liderada pela CIDOB, como acontecimento que já indicava uma erosão na relação entre Evo e os indígenas. Essa marcha foi consequência do impasse nos debates em torno da Lei Marco de Autonomia e Descentralização, na qual as representações indígenas queriam assegurar o direito constitucional de consulta prévia diante de propostas legislativas que os afetassem diretamente. Tais grupos alegavam que o Ministro da Autonomia não esteve aberto para o diálogo e que havia tentado desautorizar o movimento. As tensões só diminuíram após a negociação com representantes do MAS e a inclusão de algumas demandas na Lei (PANNAIN, 2018).

Como indica Santos (2007), para que o constitucionalismo plurinacional seja realmente implementado, seria necessário não somente um Estado forte, mas uma democracia direta que sustentasse a política de descentralização. No entanto, o que ocorreu foi a centralização no governo Morales, em nome do avanço de projetos de modernização econômica, em contraposição aos direitos de autonomia garantidos pela Constituição progressista. No fundo, esses conflitos revelam que os desencontros da sociedade abigarrada boliviana não desapareceram.

3. A DESTITUIÇÃO DE MORALES, A CONFIGURAÇÃO DA OPOSIÇÃO E A VOLTA DO MAS

Nesta seção, foram discutidas as reações da oposição e da própria base de apoio do MAS, frente à instabilidade gerada pelo referendo de 2016, relacionando-as com o processo eleitoral de 2019. Observou-se também a influência de organismos e forças internacionais na destituição do presidente Morales e, por fim, a volta ao poder do MAS, com a vitória de Lucho Arce, em 2020

3.1. OS ACONTECIMENTOS DE 2016 E 2019: AS CRÍTICAS A MORALES E O PAPEL DAS FORÇAS INTERNACIONAIS

No ano de 2016, Morales convocou um referendo no qual a população decidiria sobre seu direito à quarta reeleição. Esse tipo de consulta não era inédito, pois em 2007 o presidente já havia convocado a população a decidir sobre a manutenção do seu mandato, ocasião na qual 67% dos bolivianos votaram pela permanência (PANNAIN, 2018). No entanto, em 2016, o mandatário foi derrotado por uma pequena margem, tendo o "não" obtido cerca de 52% dos votos. Morales reagiu recorrendo à Corte Suprema da Bolívia, que revogou o referendo e lhe concedeu o direito a mais um mandato, sob a controversa alegação de que a oposição lhe havia difamado durante a campanha e de que a reeleição se trataria de "um direito humano" (BBC, 2019b; G1, 2016). Nessa ocasião, as tensões políticas no país se elevaram, em um momento no qual a oposição protestava e já se percebia a erosão nas bases tradicionais de apoio do presidente. Na cidade de El Alto, segundo Barbassa (2018), aumentavam as queixas por atitudes de Morales consideradas autoritárias e antidemocráticas, além da polêmica diante da criação do novo código penal que, supostamente, criminalizava práticas religiosas[6].

As tensões chegaram a seu cume nas eleições de 2019. Terminada a votação, a contagem de votos foi suspensa temporariamente e, ao ser retomada, a quantidade de votos para Morales havia aumentado, o que lhe daria a vitória em primeiro turno sobre o

[6] O novo código penal foi revogado posteriormente.

candidato Carlos Mesa, da Comunidade Cidadã. Essa incerteza no processo eleitoral fez com que muitos bolivianos fossem às ruas, tanto para defender o presidente Morales, quanto para protestar contra os resultados da eleição, além de gerar manifestações externas de apoio e rechaço ao presidente (BBC, 2019b).

A decisão de Evo de ignorar o referendo e, posteriormente, sua vitória nas eleições de forma polêmica, incentivaram uma série de críticas, que já vinham se acumulando, de que o líder seria autoritário e antidemocrático. Mas não foi apenas a direita que fez essa acusação, pois setores da esquerda boliviana também se afastaram do presidente. Para a intelectual e ativista Maria Galindo, a nova candidatura do presidente foi um ato autoritário. Galindo afirmou que "Evo não é o dono das lutas sociais na Bolívia" e defendeu abertamente uma terceira via, em um país extremamente dividido (GALINDO apud CRIALES, 2019). Dentro do movimento indigenista, um dos principais críticos do governo foi o intelectual Macusaya Cruz (2019), que acusa a formação de uma "burguesia aimará" que teria se aproveitado de posições no governo e de boas relações no período do MAS. Ou seja, o desenvolvimentismo boliviano teria gerado seus "campeões nacionais". Macusaya elegeu como símbolo desta nova classe os *cholets*, mansões de arquitetura estravagante na região de El Alto, e afirmou que esses grupos se utilizaram do discurso indigenista para fins próprios, ironizando se tratar de uma "*pachamamada*[7]".

Diante do agravamento das discussões internas, o presidente Morales decidiu aceitar uma auditoria da Organização dos Estados Americanos (OEA). A OEA, que tem sede em Washington e forte liderança dos Estados Unidos, tinha como Secretário-Geral o uruguaio Luis Almagro, que se tornou um crítico ferrenho de eventuais autoritarismos dos governos da "onda rosa" (principalmente de Nicolás Maduro, na Venezuela), no que incluiu a condução do processo eleitoral de 2019 na Bolívia. Em seu parecer, a organização chegou à conclusão de que houve uma "manipulação maliciosa" e "graves irregularidades" que impossibilitam a validação dos resultados originalmente emitidos pelas autoridades eleitorais bolivianas (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2019). Ainda na semana do pleito, Almagro emitiu uma nota apontando a necessidade de que as eleições fossem

[7] Jogo de palavras com a palavra "mamada", que no espanhol da Bolívia significa algo como estupidez ou idiotice.

anuladas e reiniciadas (BBC, 2019b). Entretanto, novos estudos apontaram que a OEA errou ao declarar fraude nas eleições. Na Bolívia, enfim, permaneceu a polêmica (EL PAÍS, 2020). O parecer da OEA se tornou o gatilho para que oposição e grupos que aparentemente ainda estavam apoiavam Morales, como setores do exército, forças policiais e até mesmo movimentos sociais urbanos, como a Central Operária Boliviana (COB) e alguns sindicatos mineiros, pressionassem pela renúncia do presidente e de seus ministros. Dentre os principais grupos organizados, restava a Morales apoio de movimentos camponeses (MOLINA, 2019).

As controvérsias da eleição boliviana foram objeto de discussão em uma Sessão Extraordinária da Comissão Permanente da OEA, na qual países como Estados Unidos e Brasil criticaram Evo Morales, reforçaram a importância da decisão da Organização e rejeitaram a tese de que havia ocorrido um golpe de Estado. Por outro lado, México, Uruguai e Nicarágua afirmaram que o parecer poderia ter aberto um precedente para um golpe de estado na Bolívia. Juntando-se ao coro dos países críticos a Morales, o secretário Luis Almagro chegou a afirmar que “O sangue nas mãos é daqueles que cometeram a fraude eleitoral, a OEA não deu um golpe de Estado, deram um golpe de Estado aqueles que roubaram eleição, declarando vitória no primeiro turno" (DEUSTCHE WELLE, 2019).

Analisando as ações das principais instituições internacionais no pós-Guerra Fria, Villa (2003) afirma que elas têm buscado conformar seus membros às características do regime liberal democrático, que respondem primordialmente a modelos euro-americanos de organização econômica e social. Segundo ele, a OEA estabeleceu, desde os anos 90, instrumentos jurídicos (clausula democrática) e operacionais (missões de observação eleitoral), para monitorar a democracia na América Latina, que servem para a promoção de intervenções disfarçadas. Ainda segundo Villa (2003, p.63), essas instituições “[...] transformam a democracia num mecanismo de intervenção. De entrada estaria colocado o mérito da democracia no referente à sua superioridade moral frente a alternativas de governo”.

Historicamente, as ações da OEA foram combinadas às expectativas dos Estados Unidos para a região, a partir da doutrina estadunidense de combate ao comunismo no período da

Guerra Fria. Nas eleições bolivianas de 2019, o governo de Donald Trump agiu de modo semelhante, ao combater "inimigos" que representassem "ameaças" aos Estados Unidos[8] (MAGNOTTA, 2021, p. 10). A política externa de Trump para América Latina, segundo Martinez, Pedroso e Franzoni (2018), se caracterizou pelo uso de sanções econômicas, declarações de possível intervenção militar e apoio a grupos opositores de países com discurso "antiimperialista", como Venezuela, Nicarágua e Cuba. Estes foram chamados por diplomatas estadunidenses de "Troika da tirania" (MAGNOTTA, 2021), por supostos abusos a direitos humanos e incentivo à instabilidade na região baseado no comunismo. Mesmo não sendo a Bolívia enquadrada na "Troika", a reeleição de Evo sofreu a oposição estadunidense.

É importante lembrar que a política de renegociação das taxas no setor mineral jamais interessou às multinacionais de capital estadunidense, sendo a Bolívia detentora da maior reserva de lítio do mundo, fundamental para a produção de baterias elétricas. Em agosto de 2020, uma mensagem no Twitter do bilionário Elon Musk, proprietário da Tesla, fabricante de carros elétricos, fez apologia ao golpe da Bolívia e afirmou que "daremos o golpe em quem quisermos" (OLIVEIRA, 2020). De fato, o lítio boliviano desperta interesses não apenas dos Estados Unidos, mas também de Alemanha, Rússia, China e outras potências, sendo peça chave no tabuleiro geopolítico Sul-americano.

Finalmente, o relativo isolamento de Evo não se resumiu à atuação da OEA e dos Estados Unidos. A ascensão da direita conservadora na América do Sul, especialmente no Brasil, com Jair Bolsonaro, Colômbia, com Ivan Duque, Paraguai com Mario Benítez e Chile, com Sebastian Piñera, teve como contrapartida o enfraquecimento de todos os governos da "onda rosa".

[8] Magnotta (2021) destaca algumas características da política externa de Trump, como ação ofensiva frente aos adversários, tendência de endurecer a posição em negociações em detrimento a acordos ou doutrinas anteriores, a estratégia de imprevisibilidade e enfrentamento a organismos internacionais como Nações Unidas e União Europeia, preservar a paz por meio da força, investindo nas forças armadas e buscando dividir responsabilidades com aliados, e a defesa de valores como a liberdade, a democracia e o estado de direito.

3.2. O BREVE GOVERNO "LIBERAL-CONSERVADOR" E A VOLTA DO MAS

A oposição externa acabou por fortalecer a movimentação da oposição interna boliviana, contrária não apenas a Evo, mas à ampliação da autonomia indígena. Como apontou Villa (2003), a eficácia das missões de observadores da OEA depende da colaboração de governantes ou elites locais. Nesse caso, somam-se um presidente acuado diante das tensões domésticas, uma base enfraquecida e uma oposição fortalecida, beneficiada pelo contexto internacional favorável. Diante disso, a sociedade abirragada, mais uma vez, floresceu diante das contradições bolivianas.

Uma das principais bandeiras da oposição conservadora, como o Comitê Cívico de Santa Cruz, gira em torno da afirmação da autonomia departamental frente à indígena. Ou seja, a disputa se dá sobre o tipo de descentralização que deve prevalecer no Estado boliviano (IAMAMOTO, 2017; SANTOS, 2007; PLATA, 2008). Plata (2008) afirma que esses binômios se aprofundam com a noção de "*cruceñidad*" e a atuação de correntes radicais, como o agrupamento *Nácion Camba*, que defendem o separatismo entre o Oriente das terras baixas e o Ocidente andino. Em 2008, lideranças da região chegaram a ensaiar um movimento separatista, havendo intervenção de chefes de Estado da região, como Lula e Michelle Bachelet, para acalmar os ânimos. Certa "tolerância" com o governo central foi incentivada pela evolução da produção agrícola da soja na região da *media luna*, impulsionada pela alta da demanda externa do começo do século XXI. A baixa do ciclo, sobretudo a partir de 2015, contribuiria à volta das tensões (MEDEIROS, 2008).

Assim, não chega a surpreender que a figura de Morales, representante indígena aimará e cocaleiro, e a criação da Constituição Plurinacional, acirraram a luta política boliviana, na qual as elites de Santa Cruz fortaleceram a polarização política contra o Estado central em La Paz, o modelo plurinacional e a constitucionalização de princípios indígenas (PLATA, 2008). Desde as negociações da Constituinte, anteriormente mencionadas, os grupos conservadores afirmavam que os indígenas ganhariam muitos privilégios frente aos interesses do povo boliviano, rompendo o equilíbrio necessário para fortalecer o sentimento nacional. Isso ajuda a explicar a posição intermediária do governo Morales, a fim de que os

conservadores não abandonassem as negociações da Constituição, nem promovessem atitudes radicais contra o governo (IAMAMOTO, 2017).

Nesse contexto, as posições por busca da autonomia departamental ganharam força ao longo do governo Morales, através da mobilização da população em torno da instituição do *Cabildo Abierto*. Através dele, foram promovidas ações como referendos buscando autonomia e protestos contra ações de La Paz, como aumento do preço dos combustíveis e diversas leis instituídas pelo governo. Na região de Pando, ao norte da Bolívia, chegaram a ocorrer ações violentas contra movimentos sociais apoiadores de Morales, como foi o caso do "massacre de Pando[9]" (PANNAIN, 2018). Dessa forma, os *cruceños* fortaleceram sua posição, sendo o Comitê Cívico Pro Santa Cruz o símbolo maior da oposição ao MAS.

Em 2019, a região da *media luna* foi o principal polo irradiador do movimento oposicionista. Mesmo não participando do pleito eleitoral, Luis Fernando Camacho, presidente do Comitê Cívico, se tornou o líder da oposição. Camacho promoveu discursos baseados no anticomunismo e na valorização da família, pátria e cristianismo, mas liberal em termos de economia. Com as crescentes pressões internacionais e o aprofundamento das tensões sociais internas, que incluíram ataques violentos contra membros da família do ex-presidente, Morales e sua equipe decidiram renunciar e pedir exílio ao México. (MIRANDA, 2019a)

Outro fator importante foi que o discurso conservador de Camacho encontrou eco não apenas na *media luna*, mas em setores da classe média de La Paz e de outras grandes cidades, sendo também recebido positivamente por significativa parte dos camponeses (incluindo *cocaleros*), indígenas e mulheres. Graças a essa base, foi possível à deputada conservadora Jeanine Añez ser conclamada presidente e, simbolicamente, levar a Bíblia de volta ao Palácio de la Quemada (MIRANDA, 2020b).

Como elabora Quijano (2005), a colonialidade do poder consiste no controle combinado dos bases de pensamento e cosmovisão e dos meios de produção e trabalho, exercido a partir das potências imperialistas sobre os países periféricos. As contradições internas do

[9] Ataque ocorrido contra camponeses em 11 de setembro de 2008 em Cobija, departamento de Pando, com cerca de 20 mortos e 30 desaparecidos, supostamente perpetrados por autoridades locais contrárias ao governo de Evo.

MAS e do presidente Evo Morales, nesse cenário de cobiça externa pelas riquezas minerais, acabaram por reforçar os padrões de colonialidade do poder na Bolívia, pois articularam-se grupos opositores internos, de vertente extremista-cristã, com forças externas favoráveis à abertura do modelo econômico, o que resultou no governo interino de Añez. Ou seja, os grupos dominantes da tradicional sociedade abigarrada, aproveitando-se do cenário propício, buscaram reestabelecer suas posições.

Entretanto, as eleições de outubro de 2020 mostram limites à escala "liberal-conservadora" na Bolívia. O pleito teve contundente vitória do MAS, liderado por Lucho Arce, com 55% dos votos válidos[10]. Isso indica que, apesar dos desgastes e contradições do governo de Morales, a maioria indígena, campesina e de trabalhadores urbanos ainda preferiu apostar no MAS. A contestada gestão de Añez, sobretudo diante da pandemia da covid-19, somada à lembrança dos avanços sociais e econômicos da era Evo, pode explicar esse retorno. É provável que o desgaste tenha ocorrido mais sobre a figura do presidente Evo Morales e membros da sua gestão, que permaneceu treze anos no poder, do que propriamente sobre as políticas do MAS, ainda bem-vistas pela maioria dos bolivianos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a marcante "era Morales" na presidência, é possível fazer um balanço da sua administração e compreender as causas da sua ascensão e queda, bem como tecer comentários sobre a volta do MAS ao poder. A análise nos leva a confirmar a hipótese de trabalho deste artigo: apesar dos avanços econômicos, sociais e institucionais, não se superou o abigarramento da sociedade boliviana, pois permaneceram latentes "choques de mundos" dentro do país, os quais são cruciais para explicar sua queda.

Como saldo da presidência Morales, pode-se constatar que, de um lado, ocorreram as reformas constitucionais de característica decolonial, como a plurinacionalidade e a adoção do *vivir bien*, flexibilizando o paradigma de organização do Estado-nação de matriz eurocêntrica. Além disso, houve reformas econômicas e políticas públicas que

[10] Durante as eleições, Evo Morales, impedido de se candidatar pela Justiça boliviana, deu seu apoio ao MAS desde seu exílio na Argentina.

proporcionaram crescimento econômico e redução da pobreza. De outro, a manutenção da matriz econômica - extrativista e agroexportadora – entrou em choque com as próprias reformas constitucionais e esteve na raiz do desgaste entre governos e bases apoiadoras indígenas, o que contribuiu para o enfraquecimento do presidente. Este processo se acelerou após a recusa de Morales de respeitar o referendo de 2016 e culminou com sua derrubada, por um golpe, após as eleições de 2019.

O choque mais visível se deu entre o MAS e a oposição conservadora, cujo epicentro é o departamento de Santa Cruz. Aproveitando-se de um momento de fraqueza de Evo e da conjuntura externa favorável, com apoio da direita internacional e das ações da OEA, este grupo chegou ao poder com o governo interino, de extrema-direita cristã, de Jeanine Añez. A oposição se caracterizou por exaltar valores bíblicos, opor-se à autonomia indígena e, na economia, defender um modelo neoliberal. Fica evidente um profundo choque de visões de mundo, pois esses grupos conservadores tradicionais não toleram a ascensão ao poder de elementos indígenas, tampouco seus valores e religiosidade. Episódios de violência nas ruas, repressão do governo e o próprio separatismo *cruceño*, demonstram essa face de intolerância.

O fato de que, na Bolívia, as bases do MAS foram capazes de se reagrupar para vencer as eleições de 2020, contando com a "ajuda" do desastrado governo de Añez, não significa que o fator multisocietal tenha sido superado, pois as contradições da *sociedad abigarrada* permanecem vivas. O exemplo do Equador, país de dinâmicas e transformações semelhantes à boliviana, deixou esse "racha" mais escancarado: nas eleições de 2021, o candidato de esquerda Andres Arauz, apoiado pelo ex-presidente Rafael Correa, foi derrotado pelo candidato de direita, Guillermo Lasso. Em terceiro lugar, rompido com o "*correísmo*", ficou uma liderança indígena, Yaku Pérez.

Em um país dividido em termos étnicos, políticos, sociais e religiosos, e objeto de cobiça externa devido a seus recursos naturais, o MAS encara mais uma vez o desafio de organizá-lo em novas bases. Tenta-se, através da pluralidade de nações, resolver o problema histórico da sub-representação indígena, peça chave da formação social abigarrada, mas as transformações esbarram nos limites de uma economia extrativista e primário-exportadora

e das divisões sociais correspondentes. Em síntese, a Bolívia não encontrou, ainda, um modelo que acomode mundos distintos, no qual supere-se o abigarramento através da consolidação de um movimento "nacional-popular" que faça desaparecerem as ameaças latentes de sublevações ou separatismos. Trata-se de um desafio não apenas para o mandato de Arce, mas para o destino da Bolívia enquanto país.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **Bem Viver**: uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos. Autonomia Literária. São Paulo: 2014.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_arttext. Acesso em:19/09/2020

BANCO MUNDIAL. **The Commodity Cycle in Latin America**: Mirages and Dilemmas, 2016. Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/24014. Acesso em: 19/09/2020.

BARRÍA, Cecilia. Como a Bolívia se tornou o país que mais cresce na América do Sul. **BBC Mundo**, 2017. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41753995. Acesso em: 20/09/2020

BBC. **O que está por trás do sucesso econômico da Bolívia na era Evo Morales?** 2019a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50088340. Acesso em: 20/09/2020

___. **A cronologia da crise que levou à renúncia de Evo Morales na Bolívia**. BBCNEWS, 2019b. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50367271 . Acesso em: 19/09/2020

BARBASSA, Juliana. Thanks, but goodbye: Why many of Evo Morales´ supporters wan him to move on. **Americas Quartely**, 2018. Disponível em: https://www.americasquarterly.org/fulltextarticle/thanks-but-goodbye-why-many-of-evo-morales-supporters-want-him-to-move-on/. Acesso em: 19/09/2020

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. **Revista CEPAL**, n. 97, abril, Santiago de Chile: 2009

CRESPO, André M. Promesas sin mucha convicción. IN: ECHAZÚ, Maria V (coord). **Marcha Indígena por el TIPINS: La lucha en defensa de los territorios**. Fundación TIERRA: La Paz, Bolivia, 2012.

CRIALES, José Pablo. "Evo Morales no es el dueño de las luchas sociales en Bolivia". **El País**, 2019. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/12/02/actualidad/1575327012_315682.html. Acesso em: 21/10/2020

CUNHA FILHO, Clayton; GONÇALVES, Rodrigo. The National Development Plan as a Political Economic Strategy in Evo Morales's Bolivia: Accomplishments and Limitations. **Latin American Perspectives**, 2010.

DEUSTCHE WELLE. **Membros da OEA divergem sobre existência de golpe na Bolívia**, 2019. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/membros-da-oea-divergem-sobre-exist%C3%AAncia-de-golpe-na-bol%C3%ADvia/a-51223174. Acesso em: 20/10/2020

DOS SANTOS, Fabio Luis Barbosa. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016).** 2ª ed. São Paulo: Elefante, 2019.

DURAN GIL, A. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (Online),** 2008. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1457. Acesso em:18/09/2020

EL PAÍS. Critican doble moral de OEA respecto a elecciones en Bolivia. **18 de Outubro de 2020**. Disponível em: https://www.elpais.cr/2020/10/18/critican-doblre-moral-de-oea-respecto-a-elecciones-en-bolivia. Acesso em:20/10/2020

BOLÍVIA [Constituição (2009)]. **Constitución Política del Estado**. La Paz, 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/Constitucion_Bolivia.pdf>. Acesso em: 20/09/2020

BOLÍVIA. **Plan Nacional de Desarrollo***:* Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para el Vivir Bien. 2007.

GARCIA LINERA, Alvaro. **A potência plebeia**: Ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. CLACSO Coediciones. Boitempo Editorial. São Paulo: Nov. 2010

G1. **Morales diz que respeitará resultado de referendo resultado parcial indica derrota de Evo em referendo da reeleição**. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/02/morales-diz-que-respeitara-resultado-de-referendo.html. Acesso em: 21/09/2020

IAMAMOTO, Sue. Home made development in Bolivia. **Civitas**, Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892017000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19/09/2020

_____. Visões de Nação na constituinte boliviana. **Lua Nova**, São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452016000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em:22/09/2020

KLEIN, Herbert S. **História da Bolívia**. Editora UNB: Brasília, 2016.

LACERDA, Rosane Freire. **"Volveré, y Seré Millones**": Contribuições Descoloniais dos Movimentos Indígenas Latino Americanos para a Superação do Mito do Estado-Nação. Tese de Doutorado em Direito, Universidade de Brasília, 2014.

MCNEISH, John-Andrew. **Extraction, Protest and Indigeneity in Bolivia**: The TIPNIS Effect. Latin American and Caribbean Ethnic Studies, 2013

MCNELLY, Angus. Neostructuralism and Its Class Character in the Political Economy of Bolivia Under Evo Morales, **New Political Economy**, 2019.

MACUSAYA, Carlos. **Batallas por la identidad**. Indianismo, katarismo y descolonización en la Bolivia contemporânea. Lima: Hwan Yunpa, 2019

MAGNOTTA, Fernanda. Um balanço da política externa da era Trump. **Status Report**. Centro Brasileiro de Relações Internacionais: Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://cebri.org/portal/publicacoes/cebri-artigos/um-balanco-da-politica-externa-da-era-trump. Acesso em 10/05/2020

MARTINÉZ, Alfredo Juan; PEDROSO, Carolina; FRANZONI, Marcela. Trump e a América Latina: a política externa para Venezuela, Cuba e México. **Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais**, 2018. Disponível em:

https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoeDesenvolvimento/article/view/16. Acesso em 10/05/2020

MEDEIROS, Gustavo. Evolución y características del sector soyero en Bolivia. IN: SORUCO, Ximena; PLATA, Winfredo; MEDEIROS, Gustavo. **Los barones del Oriente**. El poder en Santa Cruz ayer y hoy, Editora Tierra, 2008

MERCADO, René Z. **Lo nacional popular en Bolívia***.* Siglo 21 Editores. Ciudad de México: 1985.

MIRANDA, Boris. Quem é Luis Fernando Camacho, "o Bolsonaro boliviano" que despontou em meio à renuncia de Evo. **BBC News**, 2019a. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50354666. Acesso em: 19/09/2020

_____ . Evo Morales renuncia a la presidencia de Bolivia: Luis Fernando Camacho, el "Bolsonaro boliviano" que protagonizó las protestas que forzaron la dimisión del líder indígena. **BBC News Mundo.** 11 de nov. 2019b. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50375624. Acesso em: 13/09/ 2020.

MOLINA, Fernando. Evo Morales renuncia na Bolívia após militares cobrarem sua saída. **El País,** 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/10/internacional/1573419777_926417.html. Acesso em: 15/09/2020

NUNES, Ticiane Gabrielle Amaral. O extrativismo progressista na américa do sul: uma análise a partir da experiência boliviana. **Rev. Cadernos de Campo**, n. 24, p. 63-84, jan./jun. 2018. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/11312/7922. Acesso em: 17/09/2020.

OLIVEIRA, Caroline. Quem é Elon Musk e por que ele teria interesse em um golpe de Estado na Bolívia? **Diálogos do Sul**. 29 de jul. 2020. Disponível em: https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/america-latina/65949/quem-e-elon-musk-e-por-que-ele-teria-interesse-em-um-golpe-de-estado-na-bolivia. Acesso em: 13/09/2020.

OLIVEIRA, Daltro Alberto et all. O novo constitucionalismo latino-americano: paradigmas e contradições. **Revista Quaestio Iuris**, 2013. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/11775. Acesso em: 17/09/2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Relatório final da auditoria das eleições na Bolívia: houve manipulação e graves irregularidades que impossibilitaram a validação dos resultados.** Notas à Imprensa, 2019. Disponível em:

https://www.oas.org/pt/centro_midia/nota_imprensa.asp?sCodigo=P-109/19. Acesso em: 15/09/2020

PANNAIN, Rafaela N. A reconfiguração da política boliviana: reconstituição de um ciclo de crises. **Lua Nova**, São Paulo, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102644520180003000010&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 19/09/2020.

PLATA, Winfredo. El discurso autonomista de las élites de Santa Cruz . In: SORUCO, Ximena; PLATA, Winfredo; MEDEIROS, Gustavo. **Los barones del Oriente**. El poder en Santa Cruz ayer y hoy, Editora Tierra, 2008.

PREBISCH, Raul. El desarrollo economico de la America Latina y algunos de sus principales problemas**. Comision Economica para America Latina y el Caribe (CEPAL),** 1949. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/40010-desarrollo-economico-la-america-latina-algunos-sus-principales-problemas. Acesso em:15/09/2020

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber, Eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas Latinoamericanas**. CLACSO, 2005.

_____. “Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. In: **Des/colonialidad y bien vivir:** Un nuevo debate en América Latina. Lima: Editorial Universitaria, 2014.

REYES, Silvano Fernando. As perdas territoriais do estado boliviano (1825-1935). *GEOUSP.* **Espaço e Tempo**, 2000. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74148. Acesso em: 18/09/2020

SANTOS, Boaventura S. **La reinvención del Estado y el Estado Plurinacional**. Alianza Interinstitucional CENDA, CEJIS, CEDIB, 2007. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/outras/200317/estado_plurinacional.pdf. Acesso em: 23/09/2020.

SCHALVEZON, Salvador. **Plurinacionalidad y Vivir Bien/Buen Vivir**: Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes. Ediciones Abya Yala: Quito, 2015.

SILVA, Fabricio Pereira da. Comunalismo nas refundações andinas do século XXI. O sumak kawsay/suma qamaña. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2019. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092019000300511&script=sci_arttext . Acesso em: 21/09/2020.

TAPIA MEALLA, Luis. **La condición multisocietal**. Multiculturalidad, pluralismo, modernidad. Muela del Diablo, 2002.

VILLA, Rafael. A questão democrática na agenda da OEA no pós-guerra fria. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 20, p. 55-68, jun. 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsocp/a/kFQNk7bMKWSgTpM4hD3SZTs/?lang=pt. Acesso em: 23/09/2020.